

FACULDADE MERIDIONAL – IMED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO - PPGD
MESTRADO EM DIREITO

Marilin Soares Sperandio

DIREITO, LITERATURA E CÁRCERE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE
REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA

Passo Fundo, RS

2017

Marilin Soares Sperandio

DIREITO, LITERATURA E CÁRCERE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO
REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – da Faculdade Meridional – IMED, em sua área de concentração em Direito Democracia e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Fundamentos do Direito e da Democracia, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Santos de Moraes.

Passo Fundo, RS

2017

CIP – Catalogação na Publicação

S749d SPERANDIO, Marilin Soares

Direito, literatura e cárcere : uma análise crítica do projeto de remição de pena pela leitura / Marilin Soares Sperandio. – 2017.

164 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade IMED, Passo Fundo, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Santos de Moraes.

1. Direito e literatura. 2. Remição de pena. 3. Incentivo à leitura. I. Moraes, Fausto Santos de, orientador. II. Título.

CDU: 340:82

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

Autora: MARILIN SOARES SPERANDIO

Título: DIREITO, LITERATURA E CÁRCERE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – da Faculdade Meridional – IMED, em sua área de concentração em Direito Democracia e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Fundamentos do Direito e da Democracia, e aprovada pela banca examinadora.

Passo Fundo, RS, 27 de julho de 2017.



PROF. DR. MÁRCIO RICARDO STAFFEN (PPGD-IMED) - Coordenador



PROF. DR. FAUSTO SANTOS DE MORAIS (PPGD-IMED) - Presidente



PROFA. DRA. ANGELA ARAUJO DA SILVEIRA ESPINDOLA (PPGD-UFSM) - Membro



PROF. DR. JOSÉ CARLOS KRAEMER BORTOLOTI (IMED) - Membro

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa à minha família, porto seguro em momentos difíceis

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu criador e salvador, que me deu fôlego de vida, sabedoria para construir essa pesquisa e paz, nos momentos mais angustiantes. A minha família, que me apoiou em todo tempo, a quem dedico essa pesquisa. Ao meu primo Jean Veiga, que me socorreu para resolver questões burocráticas. Agradeço minhas amigas Andressa Terra, Keila Pereti e Laura Garcia, com quem desde há muito tenho dividido cafés, alegrias e compartilhado o melhor que uma amizade sincera pode oferecer.

Nessa recente trajetória acadêmica tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas. No entanto, posso destacar algumas que marcaram profundamente minha vida. Uma delas é o prof. Dr. André Karam Trindade, meu mentor acadêmico, que acreditou em mim e incentivou a ingressar no mestrado. Outra pessoa é o Luis Rosenfield, que considero como um “irmão mais velho”. Tua amizade é fundamental. Seus sábios conselhos contribuíram para amenizar angústias filosóficas que pareciam insolúveis. Obrigada pelo incentivo e pela parceria. Também agradeço a Mahara, pela compreensão e pela recepção afetuosa em *Atilândia*.

Ao prof. Dr. Fausto Santos de Moraes, que me acolheu e com gentileza me orientou nas pedregosas trilhas da pesquisa, obrigada pela atenção e paciência. E aos demais professores que, de um modo ou de outro, contribuíram para a presente pesquisa, além de serem fonte de inspiração em minha vida acadêmica. Nomeadamente, Marcio Ricardo Staffen, Sergio Ricardo Fernandes Aquino, Jacopo Paffarini, Alberto Vespaziani, José Calvo González, Melina Girardi Fachin e Ângela Araújo da Silveira Espindola.

Agradeço também a Jocemara Cesconetto e a Carla dos Santos, vinculadas ao DEPEN, que gentilmente me esclareceram as dúvidas referente a remição pela leitura. E, por fim, a grandes amigos que encontrei no mestrado, como Diogo, Gabi e Giulia. A Larissa Borges Fortes, Felipe Ivanoff, Dani Malvasio, Franciane Hasse, Gustavo Wentz, Mariângela Matarazzo, Rafaela Baldissera, Andy Battezzini, e, claro as “meninas do Cidil”.

RESUMO

Nos últimos anos ganha destaque, como uma prática inovadora no cenário nacional e internacional, o projeto da remição de pena pela leitura. Essa política penitenciária propõe que o apenado leia uma obra literária e apresente uma respectiva resenha que, enquadrada em critérios predeterminados, pode diminuir 4 dias de sua pena. Paralelamente a isso, os estudos em Direito e Literatura no Brasil avançam nos últimos dez anos. No entanto, alguns setores desta área de pesquisa, em terras brasileiras, foram pouco explorados. Um deles é o caso das dicotomias que envolvem as escolas jusliterárias edificante e científica, especificamente, no que concerne às potencialidades das narrativas literárias, em relação ao leitor. Nesse sentido, verifica-se que, a temática das potencialidades das narrativas é subjacente ao Direito e Literatura e à remição pela leitura. Essa circunstância impulsiona a aproximar esses campos de pesquisa, por meio da seguinte pergunta guia de investigação: de que modo as controvérsias que gravitam em torno da escola edificante e da escola científica, podem contribuir para se refletir acerca das finalidades do projeto de remição de pena pela leitura? Provisoriamente, assumiu-se a hipótese de que as dicotomias que gravitam em torno da escola edificante e da escola científica, respectivamente, formam um aporte teórico crítico e reflexivo, capaz de iluminar a remição de pena pela leitura, a fim de elucidar e desmistificar as finalidades moralizantes, que se tem atribuído à literatura, no contexto da execução penal. Nesse sentido, a fim de se perseguir os objetivos propostos, a pesquisa será dividida em duas etapas. Na primeira, o mote de investigação é a política penitenciária da remição de pena pela leitura. Na segunda etapa, se discorrerá acerca da importância dos estudos em Direito e Literatura, apresentando-se, respectivamente, as posturas das escolas edificante e científica, a respeito nas potencialidades das narrativas literárias. Ao final, indicar-se-á quais são os pontos mais elementares de controvérsia, utilizando-os para iluminar reflexões acerca das finalidades da remição de pena pela leitura. Registre-se que a presente pesquisa justifica-se mediante a ausência de pressupostos teóricos para orientar as finalidades da remição de pena pela leitura. Some-se a isso, o fato de que as teses jusfilosóficas foram pouco exploradas no campo do Direito e Literatura. Assim, ajustada à linha de pesquisa fundamentos do direito e da democracia, a pesquisa será desenvolvida por meio do método fenomenológico-hermenêutico, com base nos aportes teóricos da Crítica Hermenêutica do Direito, explorando revisão bibliográfica através de recursos como livros, artigos e revistas jurídicas eletrônicas, bem como emprego de doutrina especializada na temática, além do uso de legislação e jurisprudência pertinentes.

Palavras-chave: Direito e Literatura. Remição de pena. Escola edificante. Escola científica.

ABSTRACT

In recent years, as an innovative practice on the national and international scenery, the project of pen remission by reading has been highlighted. This penitentiary policy proposes that the prisoner reads a literary work and present a review which, framed in predetermined criteria, may diminish 4 days of his or her pen. Parallel to this, studies in Law and Literature in Brazil have advanced in the last ten years. Although, some subdivisions of this area of research, in Brazilian lands were little explored. One of them is the case of dichotomies which involves scientific and edifying Law and Literature schools, specifically on what concerns the potentialities of literary narratives, related to the reader. In this sense, it is verified that the theme of the potentialities of narratives is subjacent to Law and Literature and the remission by reading. This circumstance impulses the approximation of these fields of research, by the following question which guides the investigation: in which way the controversies which gravitate around the edifying and the scientific school may contribute for reflecting on the purposes of the project of remission by reading? Provisionally, it is assumed that the hypothesis that the dichotomies which gravitate around the edifying and the scientific schools, respectively, form a critically theoretical and reflexive basis, able to illuminate the remission of pen by reading, aiming to elucidate and demystify the moralizing goals, which have been attributed to literature, in the context of the execution of pens. In this sense, aiming to pursue the proposed objectives, the research will be divided in two steps. On the first one, the investigation motto is the penitentiary policy of remission of pen by literature. On the second phase, the importance of studies in Law and Literature will be run down, presenting, respectively, the postures of the edifying and scientific schools, on the potentialities of literary narratives. In the end, the elementary points of the controversy will be presented, in order to illuminate the reflexions around the goals of the remission of pen by reading. Let it be registered that this research justifies itself by the absence of theoretical presuppositions to orient the goals of the remission of pen by reading. And be added to that the fact that the juridical and philosophical thesis were little explored on the field of Law and Literature. Thus, adjusted to the line of research of law and democracy basis, the research will be developed by the usage of the hermeneutic-phenomenological method, which basis on the theoretical groundwork of Critical Hermeneutics of Law, exploring the bibliographical revision through resources like books, articles and electronic juridical magazines, as well as the usage of doctrine specialized on the theme, besides the use of legislation and jurisprudence on the subject.

Keywords: Law and Literature. Remission of Pen. Edifying School. Scientific School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
MJ	Ministério da Justiça
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Seap	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
LEP	Lei de Execuções Penais
ENEM PPL	Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PFCG	Presídio Federal em Campo Grande

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do projeto remição pela leitura - Estado do Paraná total do ano de 2016.....	61
Tabela 2: Dados da remição pela leitura – PFCG/2015.....	65
Tabela 3: Dados da remição pela leitura – PFCG/2016.....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CÁRCERE E LITERATURA: A POLÍTICA PENITENCIÁRIA DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA	14
2.1	UMA VISÃO INTRODUTÓRIA SOBRE AS POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS DE REMIÇÃO DE PENA.....	15
2.2	O SURGIMENTO DE UMA POLÍTICA PENITENCIÁRIA <i>ALTERNATIVA</i> : A REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA	27
2.3	NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS NORMATIVOS QUE ORIENTAM A IMPLEMENTAÇÃO DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA	33
2.4	ATIVISMO JUDICIAL, JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E INCONSTITUCIONALIDADE: O CASO DA REMIÇÃO PELA LEITURA.....	40
2.5	A EXPANSÃO DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA E SUA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO	55
2.5.1	Penitenciárias do Estado do Paraná.....	59
2.5.2	Penitenciária Federal em Campo Grande, Mato Grosso	62
2.6	A LITERATURA ENTRA NO CÁRCERE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA	67
3	DIREITO & LITERATURA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS POTENCIALIDADES DAS NARRATIVAS LITERÁRIAS	79
3.1	INTERFACES DIREITO & LITERATURA: NOTAS SOBRE UMA HISTÓRIA CONHECIDA.....	79
3.2	<i>THE EDIFYING SCHOOL IN LEGAL SCHOLARSHIP</i> : MARTHA NUSSBAUM E A DEFESA DE UMA FUNÇÃO EDIFICANTE DA LITERATURA.....	91
3.3	RICHARD POSNER: O CETICISMO EM RELAÇÃO À FUNÇÃO EDIFICANTE DA LITERATURA PARA O DIREITO.....	100
3.4	ENTRE CONSENSO E DISSENSO: O QUE PODE A LITERATURA?	110
4	CONCLUSÃO	129
	ANEXOS	146
	ANEXO 1 - PORTARIA Nº 276/2012.....	146
	ANEXO 2 - RECOMENDAÇÃO Nº 44 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013	150
	ANEXO 3 - MODELO DE RESENHA PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ	155

ANEXO 4 - ORIENTAÇÕES PARA OS APENADOS ACERCA DA PRODUÇÃO DE RESENHAS – PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE/ MS	156
ANEXO 5 – RESENHA DE P.H.R.S - PFCG.....	159
ANEXO 6 – RESENHA DE R.E.F - PFCG.....	163
ANEXO 7 – RESENHA DE A.D.M - PFCG.....	168

1 INTRODUÇÃO

A Imagine a seguinte situação em que, um juiz de execução penal, em uma de suas tradicionais inspeções, ao chegar no pátio de uma penitenciária se depara com um grupo de homens que, com um livro de Shakespeare em suas mãos, tentam encenar a peça Otelo. Intrigado, com a situação, o juiz continua andando silenciosamente. E depara com outro grupo que, em alto falatório, os presos discutem o que poderia ter acontecido com Alex, no final de Laranja Mecânica, de Stanley Kubrick. Eles discutem, será que Alex ele teria sido curado? Curado para quem? Nessa circunstância, pensa o juiz: antes desocupados, presos em um ritmo de tempo em que as horas custam a passar, agora tem para si uma importante ocupação, discutir narrativas literárias.

Com efeito, apesar de ser imaginária, essa circunstância não está tão longe da realidade de algumas penitenciárias brasileiras. Isso porque, desde 2009, ganha destaque, como uma prática inovadora no cenário nacional e internacional, o projeto da remição de pena pela leitura. Essa política penitenciária propõe que o apenado leia uma obra literária e apresente uma respectiva resenha que, enquadrada em critérios predeterminados, pode diminuir 4 dias de sua pena.

Paralelamente a isso, os estudos em Direito e Literatura no Brasil avançam nos últimos dez anos. Como se sabe, os interessados nessa área de pesquisa, buscam identificar de que modo a Literatura pode contribuir para o Direito. No entanto, alguns setores desta área de pesquisa, em terras brasileiras, foram pouco explorados. Um deles é o caso das dicotomias que envolvem as escolas jusliterárias edificante e científica, especificamente, no que concerne às potencialidades das narrativas literárias, em relação ao leitor, privilegiando-se o jurista.

Assim, observando-se essas duas situações, é possível verificar que a temática subjacente ao projeto de remição pela leitura, é a mesma que gravita em torno das escolas jusliterárias. Isto é, as potencialidades das narrativas literárias em relação ao leitor. Então, pergunta-se: Qual o poder das narrativas literárias? É possível que leitura de clássicos da literatura afete o imaginário das pessoas de modo a alterar sua percepção da realidade? A leitura de clássicos da literatura é capaz de transformar pessoas em cidadãos melhores? O leitor que cumpre pena pode assumir padrões morais através da literatura e utilizá-los, posteriormente, na vida em sociedade?

Colocando essas questões diante da remição pela leitura, alguém, desavisado, poderia intuitivamente assentir que a literatura pode, de fato, melhorar as habilidades morais do apenado que se dispõe a ler. Entretanto, por mais que, em um primeiro momento, tal conclusão pareça ser verdadeira, é necessário se refletir criticamente a respeito.

Nesse sentido, a presente pesquisa ambiciona partir de um plano intuitivo e içar essa questão para um patamar reflexivo e esclarecedor, a fim de se desmistificar os limites de contribuição das narrativas para o direito, especialmente no campo da execução penal. Assim, para passar da intuição ao entendimento explícito, assume-se a remição de pena pela leitura como objeto de estudos, objetivando problematizá-la por meio das escolas científica e edificante, em relação as suas respectivas defesas acerca das potencialidades das narrativas literárias.

Para tanto, coloca-se a seguinte pergunta guia de investigação: de que modo as controvérsias que gravitam em torno da escola edificante e da escola científica, podem contribuir para se refletir acerca das finalidades do projeto de remição de pena pela leitura?

Provisoriamente, assumiu-se a hipótese de que as dicotomias que gravitam em torno da escola edificante e da escola científica, respectivamente, formam um aporte teórico crítico e reflexivo, capaz de iluminar a remição de pena pela leitura, a fim de elucidar e desmistificar as finalidades moralizantes, que se tem atribuído à literatura, no contexto da execução penal.

Nesse sentido, a fim de se perseguir os objetivos propostos, a pesquisa será metodologicamente desenvolvida em duas etapas. Na primeira serão identificadas as origens históricas do instituto de remição de pena, apresentando-se seu surgimento e suas raízes hispânicas que aportaram em terras brasileiras na década de 1980, como inovação para oferecer condições de possibilidades de reestruturação do sistema carcerário.

Em seguida, serão apresentadas, de um modo geral, as políticas relativas à remição de pena, com enfoque no surgimento da remição de pena pela leitura no sistema jurídico brasileiro. Para tanto, serão investigadas suas bases normativas que conformaram sua concepção e que ainda a sustentam. Para complementar, será apresentado um mapeamento que indicará a expansão do projeto nos Estados brasileiros, juntamente com suas respectivas legislações e normativas orientadoras.

Também será apontado que, a remição de pena pela leitura surgiu por meio de um despacho judicial, fazendo com que exsurgissem discussões acerca dos limites das decisões judiciais, especulando-se a possibilidade de ser um fenômeno originado por ativismo judicial ou de judicialização da política. Além disso, também se analisará a (*im*)possibilidade de haver (*in*)constitucionalidade da Lei nº 17.329, do Estado do Paraná. Com o objetivo de alinhar os

pontos de entrelaçamento da remição pela leitura às discussões jusliterárias, também serão estudados casos práticos, privilegiando-se sua sistemática de funcionamento, para, por fim, se identificar quais as finalidades do projeto.

Já na segunda etapa da pesquisa, se discorrerá acerca da importância dos estudos em Direito e Literatura, privilegiando-se indicar as razões que tornam a Literatura importante para o Direito. Na sequência, se desenvolver, as respectivas posturas das escolas edificante e científica, a respeito nas potencialidades das narrativas literárias, para, ao final, indicar-se quais são os pontos mais elementares de controvérsia, utilizando-os para iluminar reflexões acerca da remição de pena pela leitura.

Com efeito, cumpre mencionar que a proposição de distinção das teses jusliterárias, enquanto edificante e científica, foi elaborada pelo jurista Rodrigo Díez Gargari, em seu texto intitulado *Dejemos en paz a la literatura*¹. Assim, parte-se da sugestão de Gargari que propõe que os estudos em direito e literatura possuem duas distintas correntes de observação.

De um lado, representada, principalmente, por Martha Nussbaum, defende-se a tese de que as narrativas literárias, em função de seu conteúdo ético, podem provocar algum tipo de transformação no leitor. E, em lado oposto, está Richard Posner, como representante da escola científica, que possui um posicionamento cético em relação a essa influência.

A proposição de tais teses assume especial relevância, na medida em que, até então, foram pouco exploradas por aqueles interessados no campo de estudos em Direito e Literatura. Além de, com a justaposição de tais teorias, parece ser possível uma contribuição argumentativa, para suprir as insuficiências epistêmicas acerca das finalidades da remição de pena pela leitura. No entanto, registre-se, por oportuno, que o recorte epistemológico desta pesquisa se restringe às potencialidades das narrativas literárias, no campo do Direito e Literatura, tangenciando-se questões diretamente relacionadas ao processo de reintegração social

Além disso, registre-se que a pesquisa se enquadra na linha de pesquisa fundamentos do direito e da democracia na medida em que, no plano interdisciplinar, emprega esforços para buscar compreender as bases sobre as quais se estrutura a remição de pena pela leitura. Teoriza a respeito do seu modo de produção, sem deixar de propor uma reflexão acerca de sua legitimidade e expansão. Investiga, também, suas implicações jurídicas, sociais e, até mesmo, literárias.

¹ GARGARI, Rodrigo Díez. *Dejemos en paz a la literatura*. In: **Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**. n. 29 (octubre 2008), México: Instituto Tecnológico Autónomo de México, p. 149-175.

O método de abordagem escolhido para desenvolver essa pesquisa foi o fenomenológico-hermenêutico, com base nos aportes teóricos da Crítica Hermenêutica do Direito. Neste sentido, o método, enquanto fenomenologia, desenvolvido pela filosofia hermenêutica, é que o conhecimento tem como característica a provisoriade e precariedade. Em virtude disso, a construção do conhecimento ocorre a partir da interação entre o pesquisador com o seu objeto de pesquisa, ambos inseridos em um determinado contexto, no qual ocorre uma interação com a linguagem, que é parte fundamental deste processo.

Com o método fenomenológico-hermenêutico o conhecimento não mais ocorre diretamente entre o sujeito e o objeto, na medida em que há uma intermediação feita pela linguagem, bem como por todo o contexto fático e histórico. Assim, esses elementos se tornam pressuposto para construção e desconstrução do saber, que não é abstrato, tampouco objetificante, mas intersubjetivo e provisório, podendo ser alterado conforme as condições de possibilidade que se apresentam².

Ressalte-se que naquilo que se refere à técnica de pesquisa, escolheu-se a bibliográfica, utilizando-se de recursos como livros, artigos e revistas jurídicas eletrônicas, bem como emprego de doutrina especializada na temática, além do uso de legislação e jurisprudência pertinentes.

² O método fenomenológico-hermenêutico é explicitado e defendido especialmente nas seguintes obras: STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015; **Verdade e Consenso**. 5ª ed, revista, modificada e ampliada. 5. ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2014, p. 142- 150; TOMAZ DE OLIVEIRA, Rafael . **Decisão Judicial e o Conceito de Princípio: A Hermenêutica e a (in)determinação do Direito**. 1. ed. Porto Alegre-RS: Livraria do Advogado, 2008, p. 36-45.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI-ACKEL, Ibrahim. **Exposição de motivos nº 213, de 9 de maio de 1983: LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Brasília: Senado Federal, 1983. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-exposicaodemotivos-149285-pl.html>. Acesso em 10/01/17.
- AGUIAR E SILVA, Joana. **A prática judiciária entre direito e literatura**. Coimbra: Almedina, 2001.
- AGUIAR E SILVA, Joana. **Teses para uma teoria hermenêutica da justiça: repercussões jusliterárias no eixo problemático das fontes e da interpretação jurídicas**. Coimbra: Editora Almedina, 2011.
- ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- ANDRADE NETO, João. The debatable universality of the proportionality test and the wide-scope conception of fundamental rights/A controversa universalidade do teste de proporcionalidade e da concepção ampliada do suporte fático dos direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 4-19, jun. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1116>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p4-19>.
- BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado**. Alemanha: Universidade de Saarland, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/E4zA8o>. Acesso em: 17/07/16.
- BARATTA, Alessandro. Integración-Prevención: Una "Nueva" Fundamentación de la Pena Dentro de la Teoría Sistémica. **Revista Doctrina Penal**. año 8, nº 29, 1985, Buenos Aires, Argentina, pp. 9-26.
- BARRETO, Vicente de Paulo. *Philia*, autocracia e legitimidade. In _____. (Org.) **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.
- BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista Synthesis**. v. 5, n. 1 (2012), p.26.
- BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. In: COUTINHO, Jacinto N. M. et al. **Constituição e ativismo judicial**. Limites e possibilidades da norma constitucional e da decisão judicial. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011, p. 275-290.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução por Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BATES, Laura. Can Shakespeare help reform prisoners? **British Council Magazine**. 07 July 2015. England. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/voices-magazine/can-shakespeare-help-reform-prisoners>>. Acesso em 08/07/17.
- BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Renavan, 8ªed, 2002.

BERNAL, Andrés Botero. A literatura forma bons juízes? Análise crítica da obra *Justiça Poética*. In: BERNAL, Andrés Botero (coord). **Direito e Literatura**: estudos jurídicos baseados em obras literárias da segunda metade do século XIX. Curitiba: Juruá, 2013.

BERTHOUD, Ella; ELDERKIN, Susan. **Farmácia Literária**: mais de 400 livros para curar males diversos, de depressão e dor de cabeça a dor de coração partido. Campinas: Verus, 2016.

BORELLI, Helvio; RODRIGUES, Karina Florido. **Vozes do Carandiru**. Jaboticaba: Pinheiros, 2007.

BRASIL Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. **Recomendação**. Brasília, DF: Cnj, Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em 14/06/17.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária Resolução nº 03, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192>. Acesso em 06.01.2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias – INFOPEN**. Junho de 2014.

BRASIL. Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Ceb_n2_2010.pdf. Acesso em 06.01.2017.

BRAVO, Gutmaro Gómez. **La Redención de Penas**. La formación del sistema penitenciário franquista 1936-1950. Catarata: Madrid, 2007.

BRUNER, Jerome. **Fabricando histórias**: Direito, literatura, vida. São Paulo: letra e voz, 2014.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CARDOSO, Henrique Camargo. Parecer acerca da constitucionalidade da remição por leitura, estabelecida pela Lei Estadual 17.329/2012 a ser aplicada nos estabelecimentos prisionais paranaenses. Estado do paraná. Secretaria de estado da justiça e da cidadania. **Conselho penitenciário do Estado do Paraná**. Curitiba, 17 de julho de 2014.

CARDOZO, Benjamin N. Law and Literature. **Yale Law Journal**, 1938, págs. 489-507.

CARVALHO, Allan. Divulgado resultado do prêmio boas práticas em política criminal e penitenciária. **Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Governo Federal**. Brasília,

10/12/13. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/divulgado-resultado-do-premio-boas-praticas-em-politica-criminal-e-penitenciaria>. Acesso em 12/04/17.

CHUEIRI, Vera Karam de. Kafka, identidade(es) y autoridad(es): ejercicios de Filosofía, Derecho y Literatura. Ley: **Revista argentina de jurisprudencia**, v. II, p. 1-96, 2014.

CHUEIRI, Vera Karam de. The chain of law: how is law like literature?. ARSP. **Archiv für Rechts und Sozialphilosophie, Stuttgart**, v. 1, p. 201-208, 2002.

CINTRÓN, Carmelo Delgado. **Derecho Y Literatura – Visión literária del Derecho**. Peru: Editorial San Marcos, 2014.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

DAMASCENO, Arcelino Vieira; BORDIGNON, Fabiano; VAZ, José Renato Gomes; DO MONTE, Diego Mantovaneli, SILVA, Jocemara Rodrigues da; MACHADO, Clanton Jefferson de Oliveira; LUZ, Vanessa; SENA, Daniel Corrêa de; PIRES, Carlos Luis Vieira. Penitenciária Federal em Catanduvas completa seis anos. In: **Revista Consultor Jurídico**, 29 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jun-29/penitenciaria-federal-catanduvas-completa-seis-anos-funcionamento>. Acesso em 24/02/17.

DEL PINO, Dino. **Introdução ao estudo da literatura**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1972.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **I Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal**: enunciados. Conselho da Justiça Federal, Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Brasília: CJF, 2010.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

EDITORIA MSM. **Reeducação do Imaginário**. 12 clássicos depois. Mídia Sem Máscara. 18 de fevereiro de 2014. 017. Disponível em: <http://midiasemmascara.org/artigos/economia/reeducacao-do-imaginario-12-classicos-depois/>. Acesso em 08/07/2017

EDITORIA MSM. **Reeducação do Imaginário**. Primeiras impressões e resultados. **Mídia Sem Máscara**. 19 de março de 2013. Disponível em: <http://midiasemmascara.org/arquivos/reeducacao-do-imaginario-primeiras-impressoes-e-resultados/>. Acesso em 08/07/17

ELIOT, George. The Essays of "George Eliot". In: **The natural history of german life**. Editor: Nathan Sheppard, The Project Gutenberg e-Book, 2009.

ESCRITOR Mauro Moncks fala sobre sua relação com a literatura. Brasília, 2015. (8 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SNIr5kaoD5s>. Acesso em: 03 out. 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA. PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA. Portaria nº 01, de 25 de setembro de 2012. **Projeto Reeducação do Imaginário**. Joaçaba, SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA. PODER JUDICIÁRIO. Comarca de Joinville. 3º Vara Criminal. Portaria nº 8 de 2013, 1º de abril de 2013. da 3º Vara Criminal de Joinville.

EU TE AMO, LIBERDADE! (Livro de Mauro Moncks). Brasília, 2015. (12 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-K4a-pbVu4w&t=614s>. Acesso em: 03 out. 2015

FARIA, Aléxia. Alvim M.; OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de . De Turma da Mônica a Crime e Castigo: a Remição por leitura como uma oportunidade de auto didática. In: **I. Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB**, 2014, João Pessoa. **CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL I: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**, 2014. p. 265-291.

FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lenio; TRINDADE, André Karam (Orgs.). **Garantismo, hermenêutica e (neo)constitucionalismo**: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013

FERREIRA DA CUNHA, Paulo. Direito e literatura: introdução a um diálogo. **Themes Revue de la Bibliothèque de Philosophie Comparée**, Paris, v. I, avr. 2007.

FREITAS, Raquel Barradas de. **Direito, linguagem e literatura**: reflexões sobre o sentido e alcance das inter-relações. **Breve estudo sobre as dimensões de criatividade em direito**. Workin Paper 6/02. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

FRUGONI, Alina Celi. Cambio tecnológico, riesgos ambientales asociados y una perspectiva jurídica (global) sustentable. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 205-225, jun. 2014. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/522>>. Acesso em: 07 maio 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v9n2p205-225>.

FUDOLI, Rodrigo de Abreu. Remição pela instrução: um apanhado político-criminal, doutrinário e jurisprudencial. **Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília**, Ano 10, Volume 20, p. 142-165, jul./dez. 2002.

FUDOLI, Rodrigo de Abreu. **Da remição da pena privativa de liberdade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FULLER, Lon. The case of the Speluncean Explorers. **Harvard Law Review**. vol. 62, nº. 4, February 1949.

FULLER, Lon. **The Morality of Law**. New Haven: Yale UP, 1979.

GAAKEER, Jeanne. O negócio da lei e da Literatura: criar uma ordem, imaginar o homem. In: Helena Buesco; Cláudia Trabuco, Sónia Ribeiro (coord). **Direito e Literatura – mundos em diálogo**. Coimbra: Almedina, 2.010.

GAMA E SILVA, Ana Isabel. **O conceito de Justiça Poética em Martha Nussbaum**. Dissertação de Mestrado em Estética e Filosofia da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20006.

GARAPON, Antoine. **O guardador de promessas – Justiça e Democracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GARGARI, Rodrigo Díez. Dejemos em paz a la literatura. In: **Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**. n. 29 (octubre 2008), México: Instituto Tecnológico Autónomo de México. p.149-175.

GIOSTRI, Alex (org). **Contos tirados de mim**. A literatura no cárcere. São Paulo: Editora Giostri, 2016.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura**. Anatomia de um desencanto: desilusão jurídica em Monteiro Lobato. Curitiba: Juruá, 2004

GONZÁLEZ, José Calvo. Derecho y Literatura. Intersecciones instrumental, estructural e institucional. In: GONZÁLEZ, José Calvo. **Implicación Derecho Literatura: Contribuciones a una Teoría literária del Derecho**. Granada: Comares, 2008.

GONZÁLEZ, José Calvo. **Implicación Derecho Literatura: Contribuciones a una Teoría literária del Derecho**. Granada: Comares, 2008.

GURRÍA- QUINTANA, Ángel. Words on the street. **Financial Times**. 03 de março de 2006. Disponível em: <https://www.ft.com/content/79ffff84-a9a4-11da-9f4e-0000779e2340>. Acesso em 29.04.17.

HEALD, Paul J. **Guide to Law and Literature for Teachers, Students, and Researchers: Companion Text to Literature and Legal Problem Solving : Law and Literature As Ethical Discourse**. Durham: Carolina Academic Press, 1998.

HENRIQUES, Camila; GONÇALVEZ, Suelen; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. **Portal G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-no-compaj-chega-ao-fim-com-mais-de-50-mortes-diz-ssp-am.html>.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Uma teoria do efeito estético. Vol. I. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Uma teoria do efeito estético. Vol. II. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

ISER, Wolfgang. **O Fictício e o Imaginário**. Perspectivas de uma Antropologia Literária. Tradução Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2013.

ISER, Wolfgang. **The Implied reader**. Patterns of communication in Prose fiction from Bunyan to Beckett. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

KELMAN, Mark. **A guide to critical legal Studies**. Harvard College, 1987; BAUMAN, Richard W. **Ideology and Community in the first wave of critical legal Studies**. University of Toronto Press: Toronto, 2002;

KENNEDY, Duncan. **Legal education and the reproduction of hierarchy: a polemic agaisnt the sistem**. New York University Press: New York, 2004.

KERVALT, Marcelo. Penitenciária Modulada de Charqueadas é interdita por "tratamento desumano". **ZH Notícias**. 03 de julho de 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/07/penitenciaria-modulada-de-charqueadas-e-interditada-por-tratamento-desumano-6597350.html>> Acesso em: 06/07/17.

LANÇADO livro com histórias escritas por detentos na Penitenciária de Joinville. Florianópolis: **RBS TV**, 2016. P&B. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/lancado-livro-com-historias-escritas-por-detentos-na-penitenciaria-de-joinville/4990975/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

LASO, Antonio Andrés. Legislacion Penal, Procesal Penal y penitenciaria tras la guerra civil española. **Revista Jurídica de Castilla y León**, nº 35 enero, 2015, ISSN 2254-3805.

LEDWON, Lenora. **Law and Literature: text and theory**. New York: Routledge, 2015.

LÉLLIS, Leonardo. Crime e Castigo, de Dostoiévski, é um dos livros mais lidos em presídios federais. In: **Revista Consultor Jurídico**. 15 de fevereiro de 2017. Disponível em:

<http://www.conjur.com.br/2017-fev-15/crime-castigo-livros-lidos-presidios-federais>. Acesso em 22/03/17.

LEX. ¿Puede el juez ordenar al condenado leer un libro como regla de conducta? **LEGIS.PE**. Enero 08, 2016. Peru. Disponível em: <<http://legis.pe/puede-el-juez-ordenar-al-condenado-leer-un-libro-como-regla-de-conducta/>>. Acesso em 08/07/17.

LIBRERIAMO. Storie di chi ama la cultura. **Leggere un libro riduce la pena in carcere. La proposta di legge dalla Calabria arriva in Parlamento**. Disponível em: <http://libreriamo.it/curiosiamo/leggere-un-libro-riduce-la-pena-in-carcere-la-proposta-di-legge-dalla-calabria-arriva-in-parlamento-2/>. Acesso em 22/03/17.

LIRA, Kamilla. Projeto de Remição de Pena pela Leitura alcança mais uma unidade prisional do Amazonas. **Governo do Estado do Amazonas**. 21/01/2016. Disponível em: <http://www.seap.am.gov.br/2016/01/projeto-de-remicao-de-pena-pela-leitura-alcanca-mais-uma-unidade-prisional-do-amazonas/>. Acesso em 10/07/16.

LÓPEZ, Juan Manuel Covelo. La organización de la justicia militar durante el primer franquismo: las auditorías y los demás elementos de la administración hjudicial castrense. In: OLMO, Pedro Liver; LOZANO, Jesús Carlos Urda (Coord.). **La prisión y las instituciones punitivas en la investigación histórica**. Ediciones de la Universidad de Castilla- La Mancha: Cuenca, 2014.

MANGABEIRA UNGER, Roberto. **The Critical Legal Studies Movement**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARÍ, Enrique. Derecho y literatura. Algo de lo que sí se puede hablar pero en voz baja. **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**. Actas del XVIII Congreso Mundial de la Asociación Internacional de Filosofía Jurídica y Social (Buenos Aires, 1977), núm. 21, vol. II (1998), pp. 251-287.

MARTINS, Cid. Polícia decide usar micro-ônibus na custódia de presos em Porto Alegre. **Gaúcha**. Disponível em <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/para-liberar-viaturas-policia-utiliza-micro-onibus-na-custodia-de-presos-182097.html>. Acesso em 10/01/17.

MEDEIROS, Ângelo. Editora doa 700 livros para projeto Remição pela Leitura na comarca de Joinville. **Poder Judiciário de Santa Catarina: Sala de Imprensa**. Joinville, p. 01-01. 22 maio 2015. Disponível em: <<http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/editora-doa-700-livros-para-projeto-remicao-pela-leitura-na-comarca-de-joinville>>. Acesso em: 03 jul. 2017;

MINAS GERAIS. Lei Estadual de Minas Gerais nº 7.226, de 1978. Dispõe sobre os regimes penitenciários do Estado, na forma da Lei Federal nº 6.416, de 24 de maio de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1978&num=7226&tipo=LEI>>. Acesso em 07/02/17.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Centro de Apoio Operacional Criminal. **Nota técnica**. Remição de pena pela leitura.

MITTICA, M. Paola. O que acontece além do oceano? Direito e literatura na Europa. In: **Anamorphosis – Revista internacional de Direito e Literatura**. Porto Alegre: RDL, 2015.

MORAIS, Fausto Santos de. **Ponderação e arbitrariedade: a inadequada recepção de Alexy pelo STF**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2016.

MORAIS, Fausto Santos de; ZOLET, Lucas. Constitutional rights expansion and contributions from Robert Alexy's theory / A expansão dos direitos fundamentais e a contribuição teórica de Robert Alexy. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 127-136, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em:

<<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1505>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p127-136>.

MORAIS, Fausto Santos; SANTOS, José Paulo Schneider. O Direito na Tábua da Salvação: uma crítica ao senso comum teórico. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.3, 3º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

MORAWETZ, Thomas. *Ethics and Style: The Lessons of Literature for Law*. **University of Connecticut School of Law**. 1993

MORAWETZ, Thomas. *Law and Literature*. In PATTERSON, Dennis (ed.). **A Companion to Philosophy of Legal and Legal Theory**. Malden: Blackwell, 1996.

NUCCI, de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 9 ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2012.

NUSSBAUM, Marta. Emoções Racionais. Trad. Maurício Ramírez e Marcelo Cattoni. In: TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo (Orgs.). **Direito & Literatura: discurso, imaginário e normatividade**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2010.

NUSSBAUM, Martha. **Justicia Poética: la imaginación literaria y la vida pública**. Traducción de Carlos Gardini. Editorial Andrés Bello, 1997.

NUSSBAUM, Martha. **Poetic Justice: The Literary Imagination and Public Life**. Boston: Beacon Press, 1995.

OCAMPO, Dayana Ríos; MARTÍNEZ, Bibiana Cortés. **LA LITERATURA COMO VENTANA TRANSFORMADORA Y CATARSIS: Enseñanza de la literatura a internos en estado de reclusión intramural**. 2013. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Literatura, Facultad de Ciencias de La Educación, Universidad Tecnológica de Pereira, Pereira, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.utp.edu.co/dspace/handle/11059/4272>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

OLIVEIRA, Júlio Aguiar de. A deliberação como condição de aplicação da proporcionalidade/Deliberation as a condition for application of the principle of proportionality. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 146-153, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1620>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p146-153>.

OLIVEIRA, Raphaella Helena Santos de. Leitura que liberta: uma análise sob a ótica da portaria conjunta 276/12 de remição pela leitura. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, 19: 66-94.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OSORIO, Claudia Patricia Fonnegra. La relacion entre literatura y filosofía una perspectiva aristotélica. **Katharsis** —ISSN 0124-7816, No. 16, pp. 245-265—julio-diciembre de 2013, Envigado, Colombia, p.245-265.

OSORIO, Claudia Patricia Fonnegra. La relacion entre literatura y filosofia uma perspectiva aristotélica. **Katharsis** —ISSN 0124-7816, No. 16, pp. 245-265—julio-diciembre de 2013, Envigado, Colombia, p.258.

OST, François. **Contar a lei**. As fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

Ouaknin, Marc-Alain. Biblioterapia: **Leer es sanar** (Ágora) (Spanish Edition) (Locais do Kindle 48). OCEANO. Edição do Kindle.

PADILHA, Elisângela; BERTONCINI, Carla. A dignidade da pessoa humana na teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy: uma análise sobre o seu caráter absoluto ou relativo na ordem jurídico-constitucional/The human dignity in theory of fundamental rights of Robert Alexy: an analysis of its character or absolute on the legal and constitutional order. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 137-145, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1113>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p137-145>.

PAIVA, Aparecida (org.). **Literatura e Letramento**: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PARANÁ. Seção de Execução Penal de Catanduvas. Despacho nº 025/2009. Processo 2009.7000009996-4. Juiz Sérgio Fernando Moro. Catanduvas, PR, 12 de junho de 2009. **Projeto Leituras de Remição**. Curitiba, 2009.

PATRÍCIO, Tiago Manuel Ribeiro. **Recomendações de leitura e terapias literárias**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Letras, Programa em Teoria da Literatura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/18164>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PELE, Antonio. La dignidad humana: modelo contemporáneo y modelos tradicionales/A dignidade humana: modelo contemporaneo e modelos tradicionais. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 7-17, dez. 2015. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/892>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v11n2p7-17>.

PÉREZ, Carlos. Derecho y Literatura. Isonomia. **Revista de Teoria y filosofia del Derecho**. México, n. 24, abr, 2006, p.135-153.

PLATÃO. **A República**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

POSNER, Richard A. **Fronteiras da Teoria do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

POSNER, Richard A. **Law and Literature. A misunderstood Relation**. Cambridge, Harvard University Press, 1988.

POSNER, Richard A. **Law and Literature. Revised and enlarged edition**. Cambridge, Harvard, University Press, 1998.

POSNER, Richard. **Para além do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PUÉRTOLAS, Julio Rodríguez. Historia de la literatura fascista española. Ediciones Akal: Madrid, 2008, p. 540.

REDAÇÃO NOTÍCIAS DO DIA (Joinville). Presos participam da Feira do Livro de Joinville com declamação dos próprios poemas. **Notícias do Dia: Referência em Informação da**

- Grande Florianópolis.** Florianópolis, p. 01-01. 06 abr. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/joinville/plural/presos-participam-da-feira-do-livro-de-joinville-com-declamacao-dos-proprios-poemas>>. Acesso em: 03 jul. 2017
- Reeducação do Imaginário: A leitura de clássicos na prisão [**ConaLit**]. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lpWFgF4vPw4>>. Acesso em 06/06/17.
- REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Em meio a crise penitenciária, MEC doa 40 bibliotecas a presídios de todo o país. **Revista Consultor Jurídico**, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-jan-12/meio-crise-penitenciaria-mec-doa-40-bibliotecas-presidios>. Acesso em 09/04/17.
- REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Leitura de livros reduz pena de 19 presos no interior de São Paulo. **Consultor Jurídico**. 17 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-jan-17/leitura-livros-reduz-pena-19-presos-interior-sp>. Acesso em 23/03/17.
- REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. TJ-SP institui remição de pena pela leitura. In: **Consultor Jurídico**. 13 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-abr-13/tribunal-justica-sao-paulo-institui-remicao-pena-leitura>. Acesso em 31/03/17.
- REZENDE JR, José; COELHO, Rogério. **Fábula Urbana**. Rio de Janeiro: Edições Rio de Janeiro, 2014.
- RIBEIRO, Maria Luzineide P. da costa. **O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios no Distrito Federal**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012
- RIBEIRO, Maria Luzineide P. da costa. **O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios no Distrito Federal**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- RIBEIRO, Sónia (coord). **Direito e Literatura: mundos em diálogo**. Coimbra: Editora Almedina, 2010.
- RÍOS, Carlos. La literatura y el cine como herramientas para la formación ética de los jueces. **Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**, núm. 22 (abril 2005), México: Instituto Tecnológico Autónomo de México, [s.a.], pp. 207-219.
- RODRIGUES, Francisco Erivaldo. **A polêmica da utilização do instituto da remição da pena através do estudo**. 2007. 85 fls. Monografia (Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.
- RODRIGUEZ-BLANCO, Veronica. Law Actually: Practical Reason, Anarchism and the Legal Rule-Compliance Phenomenon / O direito real: razão prática, anarquismo e o fenômeno da conformidade legal. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 7-19, ago. 2015. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/765/956>>. Acesso em: 07 maio 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v11n1p7-19>.
- ROSENFELD, Luis. **Autonomia do Direito e Decisão Judicial**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Instituto Meridional (Imed), Passo Fundo, 2015

- SABARENSE, Sabrina. **A vida depois de... usar a escrita para sobreviver na cadeia**. 2016. Disponível em: <<http://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/a-vida-depois-de-usar-a-escrita-para-sobreviver-na-cadeia>>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- SANSONE, Arianna. **Diritto e Letteratura**. Un'introduzione generale. Milano: Giuffrè, 2001.
- SANTIAGO LIMA, Flavia Danielle; DANTAS DE ANDRADE, Louise; MOURA DE OLIVEIRA, Tassiana. Emperor or President? Understanding the (almost) unlimited power of the Brazilian Supreme Court's President / Imperador ou presidente? Compreendendo o (quase) ilimitado poder do Presidente do Supremo Tribunal Federal.. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 161-176, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1641>>. Acesso em: 28 abr. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v13n1p161-176>.
- SANTOS DE OLIVEIRA, Raphaella Helena. Leitura que liberta: uma análise sob a ótica da Portaria Conjunta 276/12 de remição pela leitura. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, 19: 66-94.
- SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil. In: FELLETT, André Luiz Fernandes et al. **As novas faces do ativismo judicial**. Salvador: Juspodivm, 2011, p. 73-113.
- SCHILLER, Friederich. **Poesia ingênua e sentimental**. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- SCHILLER, Friederich. **Teoria da tragédia**. São Paulo: Herder, 1964.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Educação prisional para pessoas privadas de liberdade no Estado do Paraná. **Relatório das ações educacionais desenvolvidas no Sistema Prisional do Paraná**. Piraquara, Paraná, 2015, p. 13. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/Documentos/relatorio_2015.pdf. Acesso em: 22/03/17.
- SILVA, Haroldo Caetano da. **Manual da Execução Penal**. Campinas: Bookseller, 2001.
- SLATOFF, Walter J. **With respect to readers**. Dimensions of literary response. Ithaca, 1970.
- SOARES, Josemar Sidinei; CHIARA LOCCHI, Maria. O papel do indivíduo na construção da dignidade da pessoa humana/ The individual role in the construction of the human person dignity. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 31-41, jun. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1118>>. Acesso em: 08 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p31-41>.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. SOUZA, Renata Junqueira (org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.
- STEIN, Ernildo, STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica e epistemologia – 50 anos de verdade e método**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- STRECK, Lenio Luiz. TRINDADE, André Karam. **Os Modelos de Juiz – Ensaios de Direito e Literatura**. São Paulo: Atlas, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. 5ª ed, revista, modificada e ampliada. 5. ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2014.

STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam. **Direito e Literatura: Da realidade da Ficção à Ficção da Realidade**. Editora Atlas, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. Rio Grande do Sul. Portaria nº 148, de 10 de dezembro de 2014. **Institui A Remição de Pena Pela Leitura nas Comarcas de Porto Alegre e Charqueadas**. Porto Alegre, RS, 2014.

TASSINARI, Clarissa; JACOB DE MENEZES NETO, Elias. Liberdade de expressão e Hate Speeches: as influências da jurisprudência dos valores e as consequências da ponderação de princípios no julgamento do caso Ellwanger. **Revista Brasileira de Direito**, v. 9, n. 2, p. 7-37, jan. 2014. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/461>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

TEIJEIRO, Domingo Rodríguez. La redención de penas a través del esfuerzo intelectual: educacion, proselitismo y adoctrinamineto em las cárceles franquistas. **Revista de Investigación em Educación**, nº 11 (1), España, 2013, p. 58-76.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, p. 37-57, 2012.

TEIXEIRA, Marcelo Markus Teixeira. Humanismo e direitos humanos nos Estados totalitários. In: BOBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme. (Org). **As interfaces do Humanismo Latino**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TOMAZ DE OLIVEIRA, Rafael. **Decisão Judicial e o Conceito de Princípio: A Hermenêutica e a (in)determinação do Direito**. 1. ed. Porto Alegre-RS: Livraria do Advogado, 2008.

TRINDADE, André Karam. A remição pela leitura e o fantasma da Laranja Mecânica. In: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. (Org.). **Direito e Psicanálise. Intersecções e interlocuções a partir de Laranja Mecânica**, de Anthony Burgess. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TRINDADE, André Karam. Ex fabula ius oritur: Antígona e o direito que vem da literatura. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, 5(2):196-203.

TRINDADE, André Karam. O ativismo judicial à brasileira: a questão penitenciária no Rio Grande do Sul. **Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 32, n. 1: 203-228, jan/jun. 2016.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. **Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se pensar o direito**. In TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. (Org.) **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.

TRINDADE, André Karam; SPERANDIO, Marilin Soares. Garantismo e Literatura: A lição de Leonardo Sciascia sobre o papel dos princípios na construção das decisões. **Revista Quaestio Iuris**. vol. 09, nº. 04, Rio de Janeiro, 2016.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtiem, 1990.

VALDIVIA, Jaime Francisco Coaguila. Narrativismo como método em la teoría del Derecho y modelo de la argumentación jurídica. In: GONZÁLEZ, José Clavo. **Implicación Derecho Literatura**: Contribuciones a uma Teoría literária del Derecho. Granada: Comares, 2008.

VALENTINI, Géssica. Presos que lerem Dostoiévski terão pena reduzida em comarca de SC. **Portal G1**. 24 de novembro de 2012. Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/11/presos-que-lerem-dostoi-evski-terao-pena-reduzida-em-comarca-de-sc.html>>. Acesso em 08/07/17

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. Cia das Letras: São Paulo, 1999.

VESPAZIANI, Alberto. **Costituzione, comparazione, narrazione**. Saggi di Diritto e Letteratura. Torino: Giappichelli Editore, 2012.

VESPAZIANI, Alberto. O poder da linguagem e as narrativas processuais. Tradução: André Karam Trindade. In: **Revista Internacional de Direito e Literatura – ANAMORPHOSIS** - v. 1, n. 1. 2015. p. 69-84.

VICENTE, César. Como se escreve a liberdade: Uma experiência inovadora em uma penitenciária de Santa Catarina pode apontar novos rumos para o sistema prisional brasileiro. **Família Cristã**, São Paulo, v. 966, n. 1, p.79-81, 20 maio 2016.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

WARAT, Luis Alberto. O monastério dos sábios: o sentido comum teórico dos juristas. In: WARAT, Luis Alberto. **A epistemologia da modernidade**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editora, 1995;

WARAT, Luis Alberto. Senso comum teórico: as vozes incógnitas das verdades jurídicas. In: WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**: interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: SaFe, 1994;

WARAT, Luis Alberto. **Territórios desconhecidos**: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WARNKE, Georgia. Literature, Law and Morality. In: KRAJEWSKI, Bruce (org.). **Gadamer's repercussions**: Reconsidering Philosophical Hermeneutics. Berkeley: University of California Press, 2003.

WEISBERG, Richard. Law, Literature and Cardozo's Judicial Poetics. **Cardozo Law Review**, 1979, págs. 283-342.

WEISBERG, Richard. **Poethics: and other Strategies of Law and Literature**. New York: Columbia University Press, 1992.

WEST, Robin. **Narrative, authority, and law**. Michigan: University of Michigan Press, 1993.

WHITE, James Boyd. Law as Rhetoric, Rhetoric as Law: The Arts of Cultural and Communal Life, **University of Chicago Law Review**, 1985, Vol. 52: Iss. 3.

WHITE, James Boyd. **The Legal Imagination**. Chicago: University of Chicago, 1985.

WIGMORE, John. A list of one hundred legal novels. 17 **Illinois Law review**, 1922, pgs 26-41.

ZAMBAM, Neuro José; ICKERT, Airton Juarez. A democracia brasileira e a pena privativa de liberdade: alternativas que preservam a dignidade humana. **Revista Brasileira de Direito**, v. 7, n. 2, p. 147-166, out. 2011. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/271>>.

ZILBERMAN, Regina & MAGALHÃES, Ligia Cademartori. **Literatura Infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1987.